



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 107407/23

EXERCÍCIO: 2024
SUBCATEGORIA: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de Sobrado
DATA DE ENTRADA: 23/10/2023
ASSUNTO: Encaminhamento de LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
relativa ao exercício de 2024.
INTERESSADOS: Karina Vania Camilo de Oliveira Henrique
Olinaldo Martins da Silva



DIÁRIO OFICIAL

Edição Extra



ESTADO DA PARAÍBA

-PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADO-

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 072, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005.

13 / JULHO / 2023

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO: “OLINALDO MARTINS DA SILVA”.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Lei N° 360/2023

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SOBRADO, no uso das atribuições legais, aço saber que o Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento à Constituição Federal, à Constituição do Estado da Paraíba, à Lei Orgânica do Município de Sobrado e ao Plano Plurianual em vigor, sem prejuízo da incidência de demais normas pertinentes, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024, compreendendo:

- a) as Metas Fiscais;
- b) as prioridades e metas da administração pública municipal direta, indireta e fundos, bem como as do Poder Legislativo Municipal;
- c) a estrutura e a organização do orçamento do município;
- d) as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- e) as diretrizes gerais para execução e alterações do orçamento do município;
- f) as disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- g) as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- h) as disposições sobre receita e alterações na legislação tributária;
- i) as disposições finais.

CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar n°. 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício financeiro de 2024, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria n°. 924, de 08 de julho de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional.

13/07/2023

Diário Oficial Edição Extra – CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 072, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005. Página 2

Parágrafo Único - São anexos de Metas Fiscais referidos no caput:

Demonstrativo I - Metas Anuais

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas Com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos

Obtidos Com a Alienação de Ativos Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do

Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação

da Renúncia de Receita Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter

Continuado

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta e da Seguridade Social.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 4º - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2024, excepcionalmente neste primeiro ano de mandato, serão estabelecidas em anexo específico na Lei do Plano Plurianual 2023-2025, incluem os investimentos, a conservação e manutenção do patrimônio, administrativas e as obrigações constitucionais e legais, e, deverão estar desdobradas em ações, observando os seguintes eixos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do município:

I. Poder Legislativo

a) Modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas, e melhoria das rotinas de trabalho.

II. Poder Executivo

a) A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

b) Conservação, preservação e recuperação do meio ambiente natural: ampliar áreas verdes e espaços livres públicos, universalizar os sistemas de água e esgoto do município e realizar gestão integrada e sustentável de resíduos sólidos;

c) Educação: ampliação da oferta de ensino, do conhecimento e da inclusão social, qualificar a rede de educação infantil, por meio da ampliação e melhoria das unidades destinadas às crianças de zero a cinco anos, qualificar o ensino fundamental, qualificar a proposta pedagógica, por meio do Plano Municipal de Educação, acelerar o desempenho dos estudantes da rede municipal, promover a excelência e a universalização do ensino público;

d) Saúde: melhorar a qualidade do atendimento e ampliar a rede de saúde, fortalecer a rede de saúde existente, por meio de melhorias na infraestrutura das unidades de atendimento e da capacitação dos profissionais com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população;

e) Assistência Social: promoção social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, fortalecer a rede de assistência, com a manutenção e ampliação do serviço de atendimento e acolhida das pessoas em situação de vulnerabilidade social, e intensificar a política sobre drogas;

f) Esporte e lazer: estimular o uso e manutenção dos equipamentos esportivos municipais, incentivar as atividades esportivas nas escolas da rede municipal de ensino, garantir a qualidade dos equipamentos de lazer e esportes nos espaços públicos;

g) Direitos humanos: fortalecer as políticas para as mulheres, fortalecer políticas públicas e programas direcionados à igualdade racial, ao idoso, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e jovens, por meio da expansão dos serviços oferecidos por diferentes órgãos da prefeitura;

h) Gestão pública: aprimorar o processo através de diversos canais de comunicação, garantir transparência na divulgação e acesso às informações, otimizar os mecanismos de gestão, dando continuidade ao programa de captação de receitas e controle e redução de despesas;

i) Desenvolvimento econômico: estimular e desenvolver o empreendedorismo, a inovação tecnológica e social, a economia solidária, compartilhada e colaborativa;

j) Valorização da cultura: implementar os mecanismos de incentivo à cultura municipal; promover a identidade e o pertencimento dos cidadãos pela Cidade; incentivar a ocupação dos espaços públicos por diferentes linguagens artísticas e culturais; viabilizar atividades de formação em arte, cultura, gestão e produção cultural; e

k) Melhoria da eficiência e aumento do processo de transparência governamental: fomentar os canais de diálogo com a população.

13/07/2023

Diário Oficial Edição Extra – CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 072, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005. Página 3

§ 1º. As prioridades e metas especificadas no Demonstrativo Programas terão procedência na alocação de recursos no Orçamento de 2024, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. As metas físicas serão indicadas em nível de projetos e atividades.

§ 3º. Na elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas no Plano Plurianual, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 4º. No orçamento para o exercício de 2024, os recursos destinados aos programas sociais deverão ser alocados, prioritariamente para atendimento da população localizada nas áreas de menor índice de desenvolvimento humano, sendo assim priorizada a população carente e de baixa renda do município.

§ 5º. Considera-se programas sociais aqueles destinados à melhoria qualitativa e quantitativa nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, assistência social, habitação, geração de emprego e renda e suplementação alimentar.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional e a programática, explicitando para cada projeto, atividade ou operação especial, respectivas metas e valores da despesa por grupo e modalidade de aplicação.

§ 1º. A classificação funcional-programática seguirá o disposto na Portaria n.º 42, do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14/04/99.

§ 2º. Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2023-2025.

§ 3º. Na indicação do grupo de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial n.º 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

- a) Pessoal e encargos sociais (1);
- b) juros e encargos da dívida (2);
- c) outras despesas correntes (3);
- d) investimentos (4);
- e) inversões financeiras (5);
- f) amortização da dívida (6).

§ 4º. A Reserva de Contingência, prevista no art. 5º, inciso III da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, serão identificadas, quanto ao grupo de natureza de despesa, pelo código 9.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- V - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 7º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8º - Cada ação orçamentária deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam e apresentará as dotações orçamentárias, por fontes de recursos, modalidades de aplicação e por grupos de natureza da despesa, conforme classificações da portaria interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001.

Art. 9º - As categorias de programação, de que trata esta Lei, serão identificados no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 10º - O projeto de Lei Orçamentária anual para o exercício financeiro de 2024 será encaminhado ao Poder Legislativo municipal, até o dia 30 de setembro do corrente ano, de acordo com a Lei Orgânica do Município, e será composto de:

- I - texto da lei;

13/07/2023

Diário Oficial Edição Extra – CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 072, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005. Página 4

- II - consolidação dos quadros orçamentários, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, IV e § único da Lei n.º 4.320/64;
- III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, detalhando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV - discriminação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 11º - O Orçamento do Município para o exercício de 2024 será elaborado visando assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento.

§ 1º. Os processos de elaboração e definição do Projeto de Lei Orçamentária para 2024 e sua respectiva execução deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, permitindo-se dessa forma, o acesso da sociedade às informações relativas a essas etapas.

§ 2º. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse do município, mediante regular processo de consulta.

Art. 12º - No projeto de lei orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício a que se refere.

Art. 13º - Na programação, nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Parágrafo único - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 14º - A estimativa de receita de operações de crédito, para o exercício de 2024, terá como limite máximo, as Resoluções 40/01 e 43/01, do Senado Federal.

Art. 15º - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38 da LRF.

Art. 16º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual na programação da despesa não poderá:

- I - Fixar despesas sem que existam fontes de recursos compatíveis e sem que as unidades executoras sejam instituídas legalmente;
- II - Incluir projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvadas aqueles que complementem ações específicas;
- III - Incluir recursos em favor de Clubes e Associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas Creches e Escolas para o atendimento pré- escolar;
- IV - Consignar dotações para investimentos com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano plurianual;
- V - Consignar dotações para pagamento, a qualquer título, a servidores da administração pública, por Consultoria ou Assistência Técnica, exclusive aqueles custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos de direito público ou privados, nacionais ou internacionais.

Art. 17º - A Reserva de Contingência será constituída exclusivamente com recursos do Tesouro - Recursos Ordinários, em montante equivalente a, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento), e no máximo, 3% (três por cento) da receita corrente líquida estimada nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e para a abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/1999, art. 5º. e Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º. (art. 5º. III, “b” da LRF).

§ 2º. Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência nos fins previstos no caput até 30 de novembro do exercício vigente desta lei, os recursos correspondentes poderão ser destinados à cobertura de créditos suplementares e especiais que necessitem ser abertos para reforço ou inclusão de dotações orçamentárias.

Art. 18º - O Poder Executivo Municipal está autorizado a incluir na Lei Orçamentária anual e em seus créditos adicionais, dotações a título de auxílio financeiro a pessoas físicas e, de quaisquer recursos do município, para clubes, associações e entidades privadas, sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde e educação, ou que

13/07/2023

Diário Oficial Edição Extra – CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 072, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005. Página 5

esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, a dotações a título de subvenções sociais.

§ 1º. - A concessão de benefício de que se trata o caput deste artigo, deverá ser definida em lei específica.

§ 2º. - Os recursos destinados à pessoa física, tanto em moeda em corrente como bens materiais, para atender necessidades proeminentes nas áreas de saúde, educação, transporte e de moradia, quando não possível o atendimento por Programas de Governo, estará condicionado à comprovação do reconhecimento de estado de pobreza, na forma da Lei.

§ 3º. - A concessão de benefícios é classificada como:

a) Contribuições - dotações destinadas a atender despesas as quais não corresponda contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, bem como as destinadas a atender outras entidades de direito privado, desde que, sejam entidades sem fins lucrativos;

b) Subvenções sociais - dotações destinadas a atender despesas de instituições privadas sem fins lucrativos de caráter educacional, cultural, esportiva ou assistencial, inclusive as de assistência à saúde;

c) Auxílios - dotação destinada a atender despesas de investimentos e inversões financeiras de entidades privadas sem fins lucrativos de interesse público voltado para área de abrangência social.

§ 4º. - A pessoa jurídica para habilitar-se ao recebimento dos recursos referidos neste artigo, além do cumprimento das exigências legais, deve apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, tanto por entidades fiscalizadoras quanto reguladoras.

§ 5º. - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pela Secretaria das Finanças Municipal.

§ 6º. - É vedada a destinação de recursos públicos a entidades privadas que estejam com prestações de contas irregulares ou inadimplentes.

Art. 19º. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, abrangendo, entre outros, os recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, entidades e fundos que, por sua natureza, devam integrar o orçamento.

Parágrafo único - Deverão ser discriminados os recursos do município e as transferências de recursos do estado e da União para a execução descentralizada das Ações de Saúde, como já vem sendo executado no âmbito da Administração Municipal.

Art. 20º - As emendas apresentadas ao Projeto da Lei Orçamentária anual deverão obedecer ao disposto no artigo 169 e seus parágrafos da Constituição Estadual.

§ 1º. - Fica vedada a apresentação de emendas que impliquem o aumento de despesas sem a estimativa de seu valor e sem a indicação de fontes de recursos.

§ 2º. - A anulação da Reserva de Contingência para atender a emendas não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) do valor consignado no Projeto da Lei Orçamentária para esse fim.

CAPÍTULO VI

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 21º - No caso de necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, a ser efetivado nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II, § 1º, do art. 31, da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, essa limitação será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º. Ocorrendo a hipótese definida no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, o montante que lhe caberá tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º. O repasse financeiro a que se refere o art. 168, da Constituição Federal/88 fica incluído na limitação prevista no caput deste artigo.

Art. 22º - A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas em anexo, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

Art. 23º - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária poderá autorizar a abertura de créditos Adicionais Suplementares até o limite de 50% da despesa fixada, em consonância com as disposições contidas no artigo 43 da Lei 4.320/64.

13/07/2023

Diário Oficial Edição Extra – CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 072, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005. Página 6

Art. 24º - As alterações do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD - nos níveis de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recurso, observado os mesmos grupos de despesa, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizadas para atender às necessidades de execução, mediante publicação.

Parágrafo único - As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

Art. 25º - A execução orçamentária e financeira da despesa poderá se dar de forma descentralizada atendendo a previsão legal e precedida da designação, por ato do Poder Executivo, do respectivo gestor responsável.

Art. 26º - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que impliquem na execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação com as cotas financeiras de desembolso.

Art. 27º - Entende-se, para efeito do § 3º, do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, como despesa irrelevante, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993.

Art. 28º - A Contadoria Geral do Município, vinculada à Secretaria das Finanças Municipal consolidará, através de sistema integrado, a execução orçamentária, financeira e o controle dos registros patrimoniais de todos os órgãos e entidades vinculadas ao Orçamento do município de Sobrado, unificando os procedimentos e normas de Contabilidade e Tesouraria.

Parágrafo único - O Poder Legislativo encaminhará a Secretaria das Finanças Municipal, até o dia 20 após o encerramento de cada bimestre, os demonstrativos contábeis para consolidação do Relatório de Execução Orçamentária, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 29º - Na execução orçamentária para 2024, a apuração dos custos dar-se-á por meio do Sistema de Mensuração de Custos Públicos - SMCP, conforme determina a alínea "e", do inciso I, art. 4º e o §3º do art. 50, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30º - A Lei Orçamentária de 2024 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 10% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, ou até o limite dos créditos destinados a despesas de capital, na forma estabelecida nos artigos 30, 31 e 32 da LRF e Lei nº. 4.320/64.

Art. 31º - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização legislativa.

Art. 32º - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira. (art. 31, § 1º., II da LRF).

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 33º - Os Poderes Executivo e Legislativo terão os limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, observados os arts. 19, 20 e 71, da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Art. 34º - Fica excluído da proibição prevista no inciso V, parágrafo único, do art. 22, da Lei Complementar 101, a contratação de hora extra para pessoal, quando se tratar de relevante interesse público.

Art. 35º - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19º da LC n.º 101/00, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do Art. 169 da CF, preservará os servidores das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

Art. 36º - Para fins de atendimento no disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizada a concessão de quaisquer vantagens, aumentos e reajustes de remuneração, inclusive revisão geral dos vencimentos e proventos dos servidores, criação de cargos, empregos e funções, nomeação de servidor aprovados em concurso público, alterações na estrutura de carreiras do quadro de pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo e de suas entidades descentralizadas instituídas e mantidas pelo poder Público Municipal, desde que observadas e obedecidos o disposto nos artigos 19 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

13/07/2023

Diário Oficial Edição Extra – CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 072, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005. Página 7

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES SOBRE RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37º - A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024, contemplará as medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipal, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 38º - A estimativa da receita mencionada no artigo anterior será levada em consideração o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para a:

- I - Atualização da planta genérica de valores do Município;
- II - Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano;
- III - Revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer

Natureza;

IV - Revisão da Legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direito Reais sobre Imóveis;

V - Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição;

VI - Revisão da legislação sobre taxas pelo exercício de polícia;

VII - Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia poderá alcançar os montantes dimensionados no anexo de metas fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º - A concessão ou a ampliação de benefícios fiscais somente poderá ocorrer se atendidas as determinações contidas no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º - A parcela da receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de lei orçamentária anual à Câmara, poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39º - A mesa da Câmara Municipal deverá encaminhar ao Poder Executivo Municipal até 31 de julho de 2023, a proposta orçamentária relativa às dotações do Poder Legislativo para o exercício de 2024, observado as disposições do Art. 29-A da Constituição Federal e a previsão da Receita do exercício corrente prevista pelo Poder Executivo.

Art. 40º - A Procuradoria Geral do Município encaminhará a Secretaria da Finança Municipal, até o dia 01 de julho de 2023, os processos de precatórios judiciais a serem incluídos no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024.

Art. 41º - A Câmara Municipal deverá devolver para a sanção do Prefeito, a Lei Orçamentária Anual com os respectivos autógrafos, até 01 de dezembro do corrente ano, que deverá ser sancionada e publicada até o dia 31 de dezembro.

Parágrafo único - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 42º - Caso o projeto de lei orçamentária de 2024 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2023, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um, doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida a Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

Art. 43º - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, por grupo de despesa, bem como as metas bimestrais de arrecadação, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual.

Art. 44º - Serão consideradas legais as despesas com juros e multas pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 45º - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46º - O Poder Executivo está autorizado a transferir recursos financeiros aos órgãos da administração indireta que participam do orçamento do município.

13/07/2023

Diário Oficial Edição Extra – CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 072, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005. Página 8

Art. 47º - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços de competência ou não do município.

Art. 48º - O Poder executivo enviará à Câmara Municipal uma via impressa e por meio eletrônico o projeto da Lei Orçamentária Anual.

Art. 49º - O Poder executivo divulgará em seu sítio oficial na internet os projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei do Orçamento Anual (LOA), além da divulgação de sua execução orçamentária e financeira, através do Portal da Transparência.

Art. 50º - A metodologia de cálculo utilizada para as receitas e despesas, foram com base no IPCA acumulado de 12 meses, acessado no site <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>, devendo haver o ajuste quando da elaboração da LOA de acordo com os valores executados em 2023 até o mês de julho.

Art. 51º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sobrado, em 13 de Julho de 2023.


OLINALDO MARTINS DA SILVA
Prefeito Constitucional de Sobrado (PB)

Tabela 2 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	45.623.397,00	43.040.940,57	-	47.493.566,00	42.070.658,16	-	49.478.252,00	41.153.000,08	-
Receitas Primárias (I)	45.458.397,00	42.885.280,19	-	47.291.669,00	41.891.814,16	-	49.267.916,00	40.978.055,39	-
Despesa Total	45.602.951,00	43.021.651,89	-	47.442.841,00	42.025.725,04	-	49.425.420,00	41.109.057,64	-
Despesas Primárias (II)	44.639.001,00	42.112.265,09	-	46.438.616,00	41.136.164,41	-	48.379.224,00	40.238.895,45	-
Resultado Primário (III) = (I – II)	819.396,00	773.015,09	-	853.053,00	755.649,75	-	888.692,00	739.159,94	-
Resultado Nominal	673.187,18	635.082,25	-	241.691,50	214.094,69	-	261.339,14	217.366,00	-
Dívida Pública Consolidada	4.006.257,29	3.779.488,01	-	3.285.130,98	2.910.028,33	-	2.693.807,40	2.240.545,12	-
Dívida Consolidada Líquida	(4.697.033,09)	(4.431.163,29)	-	(4.455.341,59)	(3.946.622,01)	-	(4.194.002,45)	(3.488.316,10)	-

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

Variáveis	2023	2024	2025
PIB real (crescimento % anual)	2,50	2,5	2,5
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo	10,00	7,70	7,10
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,3	5,3	5,30
Inflação Média (%anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,30%	3,00%	3,00%
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO

Fonte: PLCN n.º 05/2022 - LDO 2023 (Projeto LDO 2023 - União, de 14/04/2022)

Nota: De acordo com o MDF aprovado pela Portaria 403, de 28/06/2016, para os Municípios as colunas PIB real e Projeção do PIB do Estado são opcionais, podendo ser apresentado em relação ao valor projetado do PIB dos respectivos Estados, até um milésimo por cento (0,001%).

Até a presente data, não foi divulgado a projeção do PIB pelo Estado da Paraíba. (<http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib>)

Nota: Índice para Deflação:

2023	2024	2025
1,0330	1,06399	1,0959

Tabela 3 - DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	35.673.473,69	/	35.673.473,69	/	-	0,00
Receitas Primárias (I)	27.509.971,98		35.304.130,42		7.794.158,44	28,33
Despesa Total	34.489.553,63		34.489.553,63		-	0,00
Despesas Primárias (II)	26.138.870,68		33.772.961,46		7.634.090,78	29,21
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.371.101,30		1.531.168,96		160.067,66	11,67
Resultado Nominal	(4.422.497,57)		(4.206.299,62)		216.197,95	-5,14
Dívida Pública Consolidada	4.528.521,34		5.227.463,14		698.941,80	13,37
Dívida Consolidada Líquida	(1.371.250,17)		(5.577.549,79)		(4.206.299,62)	75,41

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2021.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2020	Não divulgado
Valor efetivo do PIB Estadual em 2020	Não divulgado

Nota:

Até a presente data, não foi divulgado a projeção do PIB pelo Estado da Paraíba. (<http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib>)

Tabela 4 - DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	27.578.399,35	35.673.473,69	29,35%	43.793.000,00	22,76%	45.623.397,00	4,18%	47.493.566,00	4,10%	49.478.252,00	4,18%
Receitas Primárias (I)	27.509.971,98	35.304.130,42	28,33%	43.634.000,00	23,59%	45.458.397,00	4,18%	47.291.669,00	4,03%	49.267.916,00	4,18%
Despesa Total	26.758.704,20	34.489.553,63	28,89%	43.793.000,00	26,97%	45.602.951,00	4,13%	47.442.841,00	4,03%	49.425.420,00	4,18%
Despesas Primárias (II)	26.138.870,68	33.772.961,46	29,21%	42.868.000,00	26,93%	44.639.001,00	4,13%	46.438.616,00	4,03%	48.379.224,00	4,18%
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.371.101,30	1.531.168,96	11,67%	766.000,00	-49,97%	819.396,00	6,97%	853.053,00	4,11%	888.692,00	4,18%
Resultado Nominal	(4.422.497,57)	(4.206.299,62)	-4,89%	207.329,52	-104,93%	673.187,18	224,69%	241.691,50	-64,10%	261.339,14	8,13%
Dívida Pública Consolidada	4.528.521,34	5.227.463,14	15,43%	4.421.002,73	-15,43%	4.006.257,29	-9,38%	3.285.130,98	-18,00%	2.693.807,40	-18,00%
Dívida Consolidada Líquida	(1.371.250,17)	(5.577.549,79)	306,75%	(5.370.220,27)	-3,72%	(4.697.033,09)	-12,54%	(4.455.341,59)	-5,15%	(4.194.002,45)	-5,87%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	24.661.002,73	33.813.719,14	37,11%	43.793.000,00	29,51%	43.040.940,57	-1,72%	42.070.658,16	-2,25%	41.153.000,08	-2,18%
Receitas Primárias (I)	24.599.813,99	33.463.630,73	36,03%	43.634.000,00	30,39%	42.885.280,19	-1,72%	41.891.814,16	-2,32%	40.978.055,39	-2,18%
Despesa Total	23.928.019,49	32.691.520,03	36,62%	43.793.000,00	33,96%	43.021.651,89	-1,76%	42.025.725,04	-2,31%	41.109.057,64	-2,18%
Despesas Primárias (II)	23.373.755,41	32.012.285,74	36,96%	42.868.000,00	33,91%	42.112.265,09	-1,76%	41.136.164,41	-2,32%	40.238.895,45	-2,18%
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.226.058,57	1.451.344,99	18,37%	766.000,00	-47,22%	773.015,09	0,92%	755.649,75	-2,25%	739.159,94	-2,18%
Resultado Nominal	(3.954.661,16)	(3.987.013,86)	0,82%	207.329,52	-105,20%	635.082,25	206,32%	214.094,69	-66,29%	217.366,00	1,53%
Dívida Pública Consolidada	4.049.469,14	4.954.941,36	22,36%	4.421.002,73	-10,78%	3.779.488,01	-14,51%	2.910.028,33	-23,00%	2.240.545,12	-23,01%
Dívida Consolidada Líquida	(1.226.191,69)	(5.286.777,05)	331,15%	(5.370.220,27)	1,58%	(4.431.163,29)	-17,49%	(3.946.622,01)	-10,93%	(3.488.316,10)	-11,61%

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

ÍNDICE DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
4,00	4,00	3,05	4,18	4,18	4,18
Valor Corrente X	Valor Corrente X	Valor Corrente	Valor Corrente X	Valor Corrente X	Valor Corrente X
1,0816	1,040	1,00	1,042	1,085	1,131

Tabela 5 - DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	4.918.135,20	100,00	2.417.574,11	100,00	3.191.881,07	100,00
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	4.918.135,20	100,00	2.417.574,11	100,00	3.191.881,07	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: Secretaria de Orçamento e Finanças (PCA 2019 a 2021)

Tabela 6 - DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)				R\$ 1,00
<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-	
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	
Alienação de Bens Imóveis				
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-	
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	
Investimentos	-	-	-	
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2021 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2020 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2019 (i) = (Ic - II f)	
VALOR (III)	-	-	-	

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Tabela 7 - DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

<u>RECEITAS</u>	2019	2020	2021
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	-	-	-
<u>DESPESAS</u>	2019	2020	2021
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-	-	-
<u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u>	2019	2020	2021
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

FONTE:

Tabela 8 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
/						
TOTAL						-

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Nota: Nada a declarar

Tabela 10 - DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	240.000,00
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	48.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	192.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	192.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	192.000,00

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 I - RECEITAS
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES	29.946.962,67	36.773.877,75	44.091.720,00	45.934.397,00	47.787.566,00	49.784.554,00
Receita Tributária	801.060,05	1.365.516,75	1.698.300,00	1.769.288,00	1.843.243,00	1.920.289,00
Impostos	684.809,37	1.361.456,51	1.680.100,00	1.750.328,00	1.823.491,00	1.899.712,00
Taxas	116.250,68	4.060,24	18.200,00	18.960,00	19.752,00	20.577,00
Receita de Contribuições	-	0,00	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	0,00	-	-	-	-
Contribuição CIP	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	68.427,37	369.343,27	159.000,00	165.000,00	171.897,00	179.082,00
Receita de Serviços	-	0,00	5.000,00	5.500,00	5.730,00	5.986,00
Receita Agropecuária	-	0,00	-	-	-	-
Transferências Correntes	29.065.999,59	35.016.829,51	42.186.610,00	43.994.609,00	45.766.696,00	47.679.197,00
Transferências Intergovernamentais	21.267.904,60	26.076.380,21	31.285.910,00	32.593.661,00	33.889.233,00	35.305.792,00
Transferências da União	18.341.974,00	22.996.579,61	27.702.510,00	28.860.475,00	30.000.000,00	31.254.000,00
Transferências do Estado	2.925.930,60	3.079.800,60	3.583.400,00	3.733.186,00	3.889.233,00	4.051.792,00
Transferências Multigovernamentais	7.798.094,99	8.940.449,30	10.900.700,00	11.356.349,00	11.831.000,00	12.325.000,00
Outras Receitas Correntes	11.475,66	22.188,22	42.810,00	44.599,00	46.463,00	48.405,00
RECEITAS CORRENTES (Intraorçamentária)	-	0,00	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	0,00	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	497.077,41	2.225.199,88	3.550.000,00	3.677.554,00	3.831.275,00	3.991.422,00
Operações de crédito	-	0,00	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	0,00	-	-	-	-
Alienações de Bens	-	0,00	-	-	30.000,00	31.254,00
Trasferências de Convênios	497.077,41	2.225.199,88	3.550.000,00	3.698.000,00	3.852.000,00	4.013.000,00
(-) Receitas Redutoras - FUNDEB	(2.865.640,73)	-3.325.603,94	(3.848.720,00)	(4.009.000,00)	(4.176.000,00)	(4.350.556,00)
TOTAL	27.578.399,35	35.673.473,69	43.793.000,00	45.602.951,00	47.442.841,00	49.425.420,00



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 I.a - RECEITAS
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

Receita Tributária	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado, evidenciando o esforço que o município fará para incrementar sua receita própria.	2020	801.060,05	
	2021	1.365.516,75	70,46%
	2022	1.698.300,00	24,37%
	2023	1.769.288,00	4,18%
	2024	1.843.243,00	4,18%
	2025	1.920.289,00	4,18%

Impostos	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado, onde o aumento gradual e constante previsto para a receita de impostos provém da expectativa da continuidade na política de intensificação de fiscalização tributária municipal.	2020	#REF!	
	2021	684.809,37	#REF!
	2022	1.680.100,00	145,34%
	2023	1.750.328,00	4,18%
	2024	1.823.491,00	4,18%
	2025	1.899.712,00	4,18%

Taxas	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	#REF!	
	2021	116.250,68	#REF!
	2022	18.200,00	-84,34%
	2023	18.960,00	4,18%
	2024	19.752,00	4,18%
	2025	20.577,00	4,18%

Receita de Contribuições	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	-	
	2021	-	#DIV/0!
	2022	-	#DIV/0!
	2023	-	#DIV/0!
	2024	-	#DIV/0!
	2025	-	#DIV/0!

Receita Patrimonial	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	68.427,37	
	2021	369.343,27	439,76%
	2022	159.000,00	-56,95%
	2023	165.000,00	3,77%
	2024	171.897,00	4,18%
	2025	179.082,00	4,18%

Transferências da União	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A evolução desta receita tem apresentado uma performance bastante positiva, sempre acima dos índices de inflação e crescimento da economia. A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	18.341.974,00	
	2021	22.996.579,61	25,38%
	2022	27.702.510,00	20,46%
	2023	28.860.475,00	4,18%
	2024	30.000.000,00	3,95%
	2025	31.254.000,00	4,18%



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 I.a - RECEITAS
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

Transferencias dos Estados	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	2.925.930,60	
	2021	3.079.800,60	5,26%
	2022	3.583.400,00	16,35%
	2023	3.733.186,00	4,18%
	2024	3.889.233,00	4,18%
	2025	4.051.792,00	4,18%

Transferencias Multigovernamentais	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- O aumento gradual e constante previsto para esta transferência advém da expectativa da continuidade da política voltada a permanência e consequente aumento no número de alunos matriculados para os próximos exercícios.	2020	7.798.094,99	
	2021	8.940.449,30	14,65%
	2022	10.900.700,00	21,93%
	2023	11.356.349,00	4,18%
	2024	11.831.000,00	4,18%
	2025	12.325.000,00	4,18%

Transferencias de Convenios da Uniao	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	#REF!	
	2021	497.077,41	#REF!
	2022	3.550.000,00	614,17%
	2023	3.698.000,00	4,17%
	2024	3.852.000,00	4,16%
	2025	4.013.000,00	4,18%

Outras Receitas Correntes	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	11.475,66	
	2021	22.188,22	93,35%
	2022	42.810,00	92,94%
	2023	44.599,00	4,18%
	2024	46.463,00	4,18%
	2025	48.405,00	4,18%



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 II - DESPESAS
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES (I)	25.112.339,15	31.959.431,04	36.418.600,00	37.658.001,00	39.165.793,00	40.802.393,00
Pessoal e Encargos Sociais	15.790.813,83	17.542.044,54	21.185.400,00	22.070.000,00	22.992.526,00	23.953.613,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	10.000,00	10.000,00	10.400,00	10.830,00
Outras Despesas Correntes	9.321.525,32	14.417.386,50	15.223.200,00	15.578.001,00	16.162.867,00	16.837.950,00
DESPESAS CORRENTES (I) Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.646.365,05	2.530.122,59	6.924.400,00	7.475.950,00	7.788.444,00	8.114.000,00
Investimentos	1.026.531,53	1.813.530,42	6.009.400,00	6.522.000,00	6.794.619,00	7.078.634,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização Financeira	619.833,52	716.592,17	915.000,00	953.950,00	993.825,00	1.035.366,00
DESPESAS DE CAPITAL (II) Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	-	-	450.000,00	469.000,00	488.604,00	509.027,00
TOTAL (IV)=(I+II+III)	26.758.704,20	34.489.553,63	43.793.000,00	45.602.951,00	47.442.841,00	49.425.420,00



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 II.a - DESPESAS
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

Pessoal e Encargos Sociais	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- o aumento do volume de despesas se deve a fatos como o reajuste salarial dos servidores da ativa e proventos de aposentadoria dos inativos, respeitado os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.	2020	15.790.813,83	
	2021	17.542.044,54	11,09%
	2022	21.185.400,00	20,77%
	2023	22.070.000,00	4,18%
	2024	22.992.526,00	4,18%
	2025	23.953.613,00	4,18%
Juros e Encargos da Dívida	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- O pagamento de juros e encargos da dívida em patamares relativamente constante demonstra o empenho do município de honrar com seus compromissos.	2020	-	
	2021	-	
	2022	10.000,00	#DIV/0!
	2023	10.000,00	0,00%
	2024	10.400,00	4,00%
	2025	10.830,00	4,13%
Outras Despesas Correntes	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado, evidenciando as necessidades do município em manter os serviços públicos disponibilizados a população e a manutenção administrativa, respeitando-se o equilíbrio entre as receitas e despesas	2020	9.321.525,32	
	2021	14.417.386,50	54,67%
	2022	15.223.200,00	5,59%
	2023	15.578.001,00	2,33%
	2024	16.162.867,00	3,75%
	2025	16.837.950,00	4,18%
Investimentos	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção provém da expectativa esperada dos recursos oriundos de transferências de capital em convênio com a união mais as contra-partidas devidas pelo município e os investimentos exclusivamente de recursos próprios.	2020	1.026.531,53	
	2021	1.813.530,42	76,67%
	2022	6.009.400,00	231,36%
	2023	6.522.000,00	8,53%
	2024	6.794.619,00	4,18%
	2025	7.078.634,00	4,18%
Inversões Financeiras	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção advém da necessidade de suprir a administração com a aquisição de prédios públicos para a ampliação de suas instalações..	2020	-	
	2021	-	
	2022	-	
	2023	-	
	2024	-	#DIV/0!
	2025	-	#DIV/0!
Amortização da Dívida	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A previsão de amortização da dívida demonstra o empenho do município de honrar seus compromissos.	2020	619.833,52	
	2021	716.592,17	
	2022	915.000,00	27,69%
	2023	953.950,00	4,26%
	2024	993.825,00	4,18%
	2025	1.035.366,00	4,18%



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 II.a - DESPESAS
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- Projetado a reserva em conformidade com o artigo 17 da presente lei.	2020	-	
	2021	-	
	2022	450.000,00	
	2023	469.000,00	4,22%
	2024	488.604,00	4,18%
	2025	509.027,00	4,18%



ESTADO DA PARAIBA

Prefeitura Municipal de Sobrado

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - RESULTADO PRIMÁRIO - Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	27.081.321,94	33.448.273,81	40.243.000,00	41.925.397,00	43.611.566,00	45.433.998,00
Receita Tributária	801.060,05	1.365.516,75	1.698.300,00	1.769.288,00	1.843.243,00	1.920.289,00
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	68.427,37	369.343,27	159.000,00	165.000,00	171.897,00	179.082,00
Aplicações Financeiras (II)	68.427,37	369.343,27	159.000,00	165.000,00	171.897,00	179.082,00
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	5.000,00	5.500,00	5.730,00	5.986,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	26.211.834,52	31.713.413,79	38.380.700,00	39.985.609,00	41.590.696,00	43.328.641,00
Transferências Intergovernamentais	21.267.904,60	26.076.380,21	31.285.910,00	32.593.661,00	33.889.233,00	35.305.792,00
Transferências da União	18.341.974,00	22.996.579,61	27.702.510,00	28.860.475,00	30.000.000,00	31.254.000,00
Transferências do Estado	2.925.930,60	3.079.800,60	3.583.400,00	3.733.186,00	3.889.233,00	4.051.792,00
Transferências Multigovernamentais	7.798.094,99	8.940.449,30	10.900.700,00	11.356.349,00	11.831.000,00	12.325.000,00
Outras Receitas Correntes	11.475,66	22.188,22	42.810,00	44.599,00	46.463,00	48.405,00
(-) Deduções da Receita Corrente	(2.865.640,73)	(3.325.603,94)	(3.848.720,00)	(4.009.000,00)	(4.176.000,00)	(4.350.556,00)
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	27.012.894,57	33.078.930,54	40.084.000,00	41.760.397,00	43.439.669,00	45.254.916,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	497.077,41	2.225.199,88	3.550.000,00	3.698.000,00	3.882.000,00	4.044.254,00
Operações de crédito (V)	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos (VII)	-	-	-	-	-	-
Alienações de Bens (VI)	-	-	-	-	30.000,00	31.254,00
Trasferências de Convênios	497.077,41	2.225.199,88	3.550.000,00	3.698.000,00	3.852.000,00	4.013.000,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI -VII)	497.077,41	2.225.199,88	3.550.000,00	3.698.000,00	3.852.000,00	4.013.000,00
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	27.509.971,98	35.304.130,42	43.634.000,00	45.458.397,00	47.291.669,00	49.267.916,00
RECEITA TOTAL	27.578.399,35	35.673.473,69	43.793.000,00	45.623.397,00	47.493.566,00	49.478.252,00
DESPESAS CORRENTES (X)	25.112.339,15	31.959.431,04	36.418.600,00	37.658.001,00	39.165.793,00	40.802.393,00
Pessoal e Encargos Sociais	15.790.813,83	17.542.044,54	21.185.400,00	22.070.000,00	22.992.526,00	23.953.613,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	-	-	10.000,00	10.000,00	10.400,00	10.830,00
Outras Despesas Correntes	9.321.525,32	14.417.386,50	15.223.200,00	15.578.001,00	16.162.867,00	16.837.950,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	25.112.339,15	31.959.431,04	36.408.600,00	37.648.001,00	39.155.393,00	40.791.563,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.646.365,05	2.530.122,59	6.924.400,00	7.475.950,00	7.788.444,00	8.114.000,00
Investimentos	1.026.531,53	1.813.530,42	6.009.400,00	6.522.000,00	6.794.619,00	7.078.634,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização Financeira (XIV)	619.833,52	716.592,17	915.000,00	953.950,00	993.825,00	1.035.366,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	1.026.531,53	1.813.530,42	6.009.400,00	6.522.000,00	6.794.619,00	7.078.634,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-	450.000,00	469.000,00	488.604,00	509.027,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	26.138.870,68	33.772.961,46	42.868.000,00	44.639.001,00	46.438.616,00	48.379.224,00
DESPESA TOTAL	26.758.704,20	34.489.553,63	43.793.000,00	45.602.951,00	47.442.841,00	49.425.420,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	1.371.101,30	1.531.168,96	766.000,00	819.396,00	853.053,00	888.692,00



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 IV - RESULTADO NOMINAL
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2021 (b)	2022 (c)	2023 (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.528.521,34	5.227.463,14	4.421.002,73	4.006.257,29	3.285.130,98	2.693.807,40
DEDUÇÕES (II)	5.899.772,41	10.805.012,93	9.791.223,00	8.703.290,38	7.740.472,57	6.887.809,85
Ativo Disponível	2.717.985,98	4.350.299,95	3.915.269,96	3.523.742,96	3.171.368,66	2.854.231,80
Haveres Financeiros	317.102,96	3.894.470,12	3.699.746,61	3.329.771,95	2.996.794,76	2.697.115,28
(-) Restos a Pagar	2.864.683,47	2.560.242,86	2.176.206,43	1.849.775,47	1.572.309,15	1.336.462,77
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(1.371.250,17)	(5.577.549,79)	(5.370.220,27)	(4.697.033,09)	(4.455.341,59)	(4.194.002,45)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	(1.371.250,17)	(5.577.549,79)	(5.370.220,27)	(4.697.033,09)	(4.455.341,59)	(4.194.002,45)
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-d)	(g-f)
	(4.422.497,57)	(4.206.299,62)	207.329,52	673.187,18	241.691,50	261.339,14

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.528.521,34	5.227.463,14	4.421.002,73	4.006.257,29	3.285.130,98	2.693.807,40
Dívida Mobiliária	4.482.765,30	4.482.765,30	3.810.350,51	3.505.522,46	2.874.528,42	2.357.113,31
Outras Dívidas	45.756,04	744.697,84	610.652,23	500.734,83	410.602,56	336.694,10
DEDUÇÕES (II)	5.899.771,51	10.805.012,93	9.791.223,00	8.703.290,38	7.740.472,57	6.887.809,85
Ativo Disponível	2.717.985,98	4.350.299,95	3.915.269,96	3.523.742,96	3.171.368,66	2.854.231,80
Haveres Financeiros	317.102,06	3.894.470,12	3.699.746,61	3.329.771,95	2.996.794,76	2.697.115,28
(-) Restos a Pagar	2.864.683,47	2.560.242,86	2.176.206,43	1.849.775,47	1.572.309,15	1.336.462,77
Dívida Consolidada Líquida	(1.371.250,17)	(5.577.549,79)	(5.370.220,27)	(4.697.033,09)	(4.455.341,59)	(4.194.002,45)

Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	60.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência.	70.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	-		
Avais e Garantias Concedidas	-	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de dotação de despesas discricionárias.	190.000,00
Assunção de Passivos	60.000,00		
Assistências Diversas	40.000,00		
Outros Passivos Contingentes	75.000,00		
SUBTOTAL	235.000,00	SUBTOTAL	260.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	150.000,00	Limitação de Empenhos	195.000,00
Restituição de Tributos a Maior	-		
Discrepância de Projeções:	50.000,00		
Outros Riscos Fiscais	20.000,00		
SUBTOTAL	220.000,00	SUBTOTAL	195.000,00
TOTAL	455.000,00	TOTAL	455.000,00

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Riscos Fiscais são a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar, negativamente, as contas públicas. São classificados em dois grupos: riscos orçamentários e riscos decorrentes da gestão da dívida.

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade das receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas, inicialmente não fixadas ou orçadas a menor durante a execução do Orçamento.

Os riscos decorrentes da gestão da dívida, referem-se a possíveis ocorrências externas à administração que, quando efetivadas, resultarão em aumento do serviço da dívida pública.

Frustração de Arrecadação: Decorrente da possibilidade de manutenção da recessão e consequente crise fiscal.

Restituição de Tributos a Maior: Valor correspondente à média ponderada de restituição da série histórica dos anos de 2017 a 2023 dos diversos tributos (ITBI, IPTU e ISS).

Discrepâncias de Projeções:

Taxa de Crescimento Econômico (PIB) - Receitas foram estimadas com crescimento do PIB de 2,5% em 2022. Estimado um risco de frustração desse percentual.

Inflação (IPCA) - Receitas foram estimadas com variação de IPCA de 3,5% em 2021. Estimado um risco de frustração desse percentual.

Outros Riscos Fiscais: Não identificamos outros riscos fiscais significativos.



Estado da Paraíba
MUNICÍPIO DE SOBRADO

Mensagem nº 01 /2023

Em Sobrado (PB), aos 28 de abril de 2023.

Sra. Presidente, Srs. Vereadores;

Submeto à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2024, em cumprimento a Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 101/2000, Lei 4.320/64 e a Resolução Normativa TCE/PB n.º 07/2004, seguido do ANEXO DE METAS FISCAIS exigido por lei que obrigatoriamente integra o presente projeto.

Na composição do cenário macroeconômico apresentado na metodologia e memória de cálculo das metas anuais e demais procedimentos foram observados os dispostos na Portaria n.º 924, de 08 de julho de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprovou a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

O Governo Municipal defende um Município que ofereça à população saúde, educação e desenvolvimento, de acordo com as prioridades democraticamente a ser discutidas com a população. E para tanto, com relação às finanças públicas, tem trabalhado no crescimento das receitas próprias e na busca do equilíbrio financeiro, criando condições para que o Município possa se autofinanciar.

Esta gestão consolidará um projeto de Governo baseado no desenvolvimento social e na melhoria da infraestrutura. Com a democracia participativa, busca alterar o cenário em relação ao Município e a cidadania, aproximando a estrutura administrativa ao dia-a-dia da população, viabilizando sua participação na gestão pública.



Estado da Paraíba
MUNICÍPIO DE SOBRADO

Neste contexto, a proposta das diretrizes orçamentárias para 2024 mantém e aprofunda os avanços já verificados na construção de uma sociedade desenvolvida para todos os munícipes, ampliando os mecanismos que garantam a democracia participativa, a qualidade de vida da população, com melhores níveis de educação e saúde e o prosseguimento ao desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social, por meio de programas de assistência social.

Finalmente, cabe reiterar a importância do presente Projeto de Lei para o estabelecimento do regramento necessário à elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2024 e para a consolidação de bases fiscais requeridas para o alcance do desenvolvimento sustentável do nosso município.

Diante do exposto, e certos da importância do projeto de lei, solicitamos que seja apreciado por essa Casa Legislativa e na oportunidade, reiteramos os nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes desta Câmara Municipal.

Atenciosamente,

OLINALDO MARTINS DA SILVA
Prefeito Constitucional de Sobrado (PB)



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADO**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO – 2024
09/05/2023**

NOME	ASSINATURA
Arybala T. de Souza	
Luciana F. da Silva	
Antônio José de M. S.	
Mariana Aparecida Nunes de Oliveira	
Eduardo de D. dos S. S.	
Apelante Divina da Silva	
Antônio Eosa da Silva	
Rosidei de O. Ferreira	
Alexandre de G. Souza	
Luciana Pessoa	
Rafael Diogo de Araújo	
M ^{re} da Glória S. Pereira	
M ^{re} Aparecida Helena	
Carolina Ferreira Alves	
Maira Carolina S. Barros	
Sibaria da Cunha Barros	
Rosângela da Silva Barbosa	
Claudia Luiz de Sousa	
Fernanda Henrique	
Tatiana Targino de Moura	

Rua Manoel Sales, s/n - Centro, Sobrado - PB
 C.N.P.J.: 01.612.553/0001-68 - CEP: 58.342-000
 Fone: (083) 3661-1018 / 3661-1025
 E-mail: pmsobrado@uol.com.br



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADO

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO - 2024
09/05/2023

NOME	ASSINATURA
Francieli de Oliveira Alves	
Ana Carolina Alves	
Jayara Evelyn Pessoa de Silva Raimunda Laneros da Silva	
Sonieli Roque de Oliveira	
Marília A. Queiroz Silva	
Jose Manoel R. P. Silva	
Luciano Sutoriano da Silva	
Márcia Valéria da Silva	
Maria das Graças B. Batista	
Drair Maria da Silva	
Edna da Costa Batista Oliveira	
Bruna Estefane A. de Oliveira	
Almeida Nunes da Silva	
Yosnie Melo de Souza	
H. Gabriel Fernandes Silva	
Natalia Barbosa dos Santos	
Marinaira Ferreira da Silva	
Emilda Bezerra da Silva	
Daniela Pereira Pereira	

Rua Manoel Sales, s/n - Centro, Sobrado - PB
C.N.P.J.: 01.612.553/0001-68 - CEP: 58.342-000
Fone: (083) 3661-1018 / 3661-1025

E-mail: pmsobrado@uol.com.br



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADO

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO - 2024
09/05/2023

NOME	ASSINATURA
Deniza A. da Silva Monteiro	
Tatiane Ferreira da Medeiros	
Christiane da S. Ferreira	
Jaqueline F. A. Batista	
Rafael Monteiro	
Nadja Karina J. Barbosa	
Maria Madalena Albuquerque	
Amanda Dias de Araújo	
Rita Valéria Durino de Lima	
Piromysom Bezerra de Oliveira	
Josinete Costa Souza	
Sueleringa Correia Silva	
Helma da Rocha C. de Melo	
Wagner de Souza Melo de Sá	
Armanda Augusta	
Luciano Brito de Souza	
Wesley Antunes de Souza	
Edson Gonçalves de Souza	
Robsonia R. da Costa	
Geane de T. P. Pinto	

Rua Manoel Sales, s/n - Centro, Sobrado - PB
C.N.P.J.: 01.612.553/0001-68 - CEP: 58.342-000
Fone: (083) 3661-1018 / 3661-1025
E-mail: pmsobrado@uol.com.br



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADO

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO - 2024
09/05/2023

NOME	ASSINATURA
Ana Maria Santos de Souza	
Josefa Santos de Souza	
Regiane de Sousa Cruz	
Thiago Souza	
Vitória de G. Barbosa	
Geison Pereira da Silva	
Dimas M. da Silva	
Chalado de Barros	
Paulo Gomes de M.	
São Jôhães Junior	
Anna Verônica da Silva	
Mãe de Fátima Barbosa	
Alvaro THIAGO	
Roberto Jansen Fervia	
Robinson Soares J. de Souza	
Maria de Lourdes B. M.	
João Sérgio de S.	

Rua Manoel Sales, s/n - Centro, Sobrado - PB
C.N.P.J.: 01.612.553/0001-68 - CEP: 58.342-000
Fone: (083) 3661-1018 / 3661-1025

E-mail: pmsobrado@uol.com.br

Reivindicações

- Pedro → Arua Branca

- ~~Coleta~~ Coxeira Grande p/ coleta do lixo visto que a comunidade as casas são próximas.

→ Júnior → Antas do Sono

- Coxeira Grande (caçamba).

→ Vera → Conjunto Ana Célia

- Reforma da Praça do Conjunto com playground ~~em~~ alvenaria.

→ Jane → Sobrado

- O1 ambulância à disposição das UBS para remoções p/ Sapé (Hospital Regional)

→ Edvaldo → Campo Grande

- Coleta de lixo na zona rural / Ambulância

→ Guia → Arua Vermelha.

- transporte que chega tarde na comunidade; Vigilância nas escolas.

→ Remyson → Sobrado

- explicou questões de transporte;
- saneamento básico da cidade.

→ Júnior Anselmo → Antas do Sono

- UPA (dentro da cidade)

→ Edna → Café do Vento

- Colégio do Estado → Pendências p/ a escola volte a funcionar no prédio próprio.

→ Márcia Valéria → Café do Vento

- Manutenção das estradas;
- Renovação da frota.
- Transporte adequado p/ a merenda escolar.

→ Joilson → Campo Grande

- Casas populares;
- Desapropriação de terrenos;
- Técnico Agrícola / Engenheiro Agrônomo.

→ → Cançu

- Correto na cidade

→ Antônio Edson → Sobrado

- Contratar profissionais especializados p/ a coleta seletiva.

→ Maria das Graças → Antas do Sono

- Problema de lixo na zona rural.

→ Rita - Sítio Benito

- Pediatra p/ a policlínica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SOBRADO

LDO 2024

Lei das Diretrizes Orçamentárias



Anexo I - Prioridades

- 1001 Aquisição de Equipamentos para Câmara Municipal
- 1003 Aquisição de Veículos
- 1004 Construção, Ampliação e/ou Reforma de Unidades Escolares
- 1005 Construção de Creches
- 1006 Aquisição de Veículos e/ou Ambulância
- 1010 Expansão da Rede de Esgotamento Sanitário (Zona Urbana e Rural)
- 1012 Perfuração e Instalação de Poços Artesianos
- 1013 Recuperação de Prédios Municipais
- 1014 Pavimentação
- 1015 Expansão da Rede de Iluminação Pública
- 1016 Construção e Recuperação de Estradas Vicinais
- 1017 Construção, Ampliação e/ou Recuperação de Praças, Parques e Jardins
- 1018 Construção e Melhorias em Habitações Populares na Zona Rural e Urbana
- 1019 Aquisição de Veículos
- 1020 Construção de Privadas
- 1021 Implantação de Abastecimento D'água na Zona Rural e Urbana
- 1022 Aquisição de Patrol, Caçamba, Caminhão, Retroescavadeira e Outros
- 1023 Construção, Ampliação e/ou Reforma de Passagem Molhada
- 1024 Aquisição de Trator e Equipamentos Agrícolas
- 1025 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF
- 1026 Construção, Ampliação e/ou Recuperação de Centro de Atividades para o Idoso
- 1028 Construção, Ampliação e/ou Reforma de Campo de Futebol
- 1029 Construção, Ampliação e/ou Reforma de Ginásios e Quadras poliesportivas
- 1031 Construção, Ampliação e/ou Recuperação de Área de Lazer (Praça de Eventos)
- 1101 Aquisição de Veículo para o Transporte Escolar
- 1102 Aquisição de Veículos
- 1103 Construção, Ampliação e/ou Reforma de Ginásios e Quadras poliesportivas
- 1105 Construção, Ampliação e/ou Reforma de Matadoro Público
- 1106 Aquisição de Veículo
- 1108 Construção de Academia da Saúde



Anexo I - Prioridades

- 2001 Operacionalização das Atividades Administrativas
- 2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito
- 2003 Manutenção da Secretaria de Administração
- 2004 Contribuições ao PASEP
- 2005 Manutenção da Secretaria de Finanças
- 2009 Manutenção da Secretaria de Educação
- 2010 Manutenção de Outros Programas - FNDE
- 2013 Alfabetização de Jovens e Adultos
- 2019 Manutenção das Atividades do Programa de Atenção Básica
- 2021 Manutenção de Ações de Suporte à Administração Geral - Secretaria de Saúde
- 2022 Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde
- 2026 Manutenção dos Serviços de Limpeza (Urbana e Rural)
- 2027 Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura, Obras e Serviços Urbanos
- 2030 Manutenção da Secretaria de Agricultura
- 2031 Manutenção das Ações dos Programas - Cras e Creas
- 2032 Manutenção de Programas de Assistência à Comunidade
- 2033 Manutenção do Conselho Tutelar
- 2034 Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social
- 2035 IGDBF-Índice Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
- 2036 Aquisição de Peixe para Doação
- 2037 Manutenção das Atividades do Programa - SCFV
- 2038 Manutenção das Atividades do CRAS/PAIF
- 2039 Manutenção das Atividades do IDOSO
- 2040 Manutenção da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo
- 2041 Manutenção e Apoio das Atividades de Premiações Esportiva, Lazer e Eventos.
- 2042 Manutenção do Fundo de Assistência Social
- 2051 Manutenção do Conselho Municipal de Saúde
- 2053 Manutenção da Secretaria de Articulação Política
- 2057 Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unidades Básicas de Saúde
- 2062 Manutenção das Atividades do Programa - Criança Feliz



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Anexo I - Prioridades

- 2101 Manutenção do Ensino Fundamental
- 2102 Manutenção da Educação Infantil
- 2104 Manutenção dos Encargos Previdenciários e Contributivos
- 2105 Manutenção do Programa de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
- 2106 Manutenção da Merenda Escolar
- 2107 Aquisição e Distribuição de Fardamento Escolar
- 2108 Manutenção do Serviço de Transporte Escolar
- 2109 Apoio e Promoção de Eventos Artísticos, Culturais e Outros
- 2112 Aquisição e Distribuição de Material Escolar
- 2113 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica

Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	60.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência.	70.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	-		
Avais e Garantias Concedidas	-	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de dotação de despesas discricionárias.	190.000,00
Assunção de Passivos	60.000,00		
Assistências Diversas	40.000,00		
Outros Passivos Contingentes	75.000,00		
SUBTOTAL	235.000,00	SUBTOTAL	260.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	150.000,00	Limitação de Empenhos	195.000,00
Restituição de Tributos a Maior	-		
Discrepância de Projeções:	50.000,00		
Outros Riscos Fiscais	20.000,00		
SUBTOTAL	220.000,00	SUBTOTAL	195.000,00
TOTAL	455.000,00	TOTAL	455.000,00

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Riscos Fiscais são a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar, negativamente, as contas públicas. São classificados em dois grupos: riscos orçamentários e riscos decorrentes da gestão da dívida.

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade das receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas, inicialmente não fixadas ou orçadas a menor durante a execução do Orçamento.

Os riscos decorrentes da gestão da dívida, referem-se a possíveis ocorrências externas à administração que, quando efetivadas, resultarão em aumento do serviço da dívida pública.

Frustração de Arrecadação: Decorrente da possibilidade de manutenção da recessão e consequente crise fiscal.

Restituição de Tributos a Maior: Valor correspondente à média ponderada de restituição da série histórica dos anos de 2017 a 2023 dos diversos tributos (ITBI, IPTU e ISS).

Discrepâncias de Projeções:

Taxa de Crescimento Econômico (PIB) - Receitas foram estimadas com crescimento do PIB de 2,5% em 2022. Estimado um risco de frustração desse percentual.

Inflação (IPCA) - Receitas foram estimadas com variação de IPCA de 3,5% em 2021. Estimado um risco de frustração desse percentual.

Outros Riscos Fiscais: Não identificamos outros riscos fiscais significativos.

Tabela 2 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	45.623.397,00	43.040.940,57	-	47.493.566,00	42.070.658,16	-	49.478.252,00	41.153.000,08	-
Receitas Primárias (I)	45.458.397,00	42.885.280,19	-	47.291.669,00	41.891.814,16	-	49.267.916,00	40.978.055,39	-
Despesa Total	45.602.951,00	43.021.651,89	-	47.442.841,00	42.025.725,04	-	49.425.420,00	41.109.057,64	-
Despesas Primárias (II)	44.639.001,00	42.112.265,09	-	46.438.616,00	41.136.164,41	-	48.379.224,00	40.238.895,45	-
Resultado Primário (III) = (I – II)	819.396,00	773.015,09	-	853.053,00	755.649,75	-	888.692,00	739.159,94	-
Resultado Nominal	673.187,18	635.082,25	-	241.691,50	214.094,69	-	261.339,14	217.366,00	-
Dívida Pública Consolidada	4.006.257,29	3.779.488,01	-	3.285.130,98	2.910.028,33	-	2.693.807,40	2.240.545,12	-
Dívida Consolidada Líquida	(4.697.033,09)	(4.431.163,29)	-	(4.455.341,59)	(3.946.622,01)	-	(4.194.002,45)	(3.488.316,10)	-

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

Variáveis	2023	2024	2025
PIB real (crescimento % anual)	2,50	2,5	2,5
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo	10,00	7,70	7,10
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,3	5,3	5,30
Inflação Média (%anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,30%	3,00%	3,00%
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO

Fonte: PLCN n.º 05/2022 - LDO 2023 (Projeto LDO 2023 - União, de 14/04/2022)

Nota: De acordo com o MDF aprovado pela Portaria 403, de 28/06/2016, para os Municípios as colunas PIB real e Projeção do PIB do Estado são opcionais, podendo ser apresentado em relação ao valor projetado do PIB dos respectivos Estados, até um milésimo por cento (0,001%).

Até a presente data, não foi divulgado a projeção do PIB pelo Estado da Paraíba. (<http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib>)

Nota: Índice para Deflação:

2023	2024	2025
1,0330	1,06399	1,0959

Tabela 3 - DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	35.673.473,69	/	35.673.473,69	/	-	0,00
Receitas Primárias (I)	27.509.971,98		35.304.130,42		7.794.158,44	28,33
Despesa Total	34.489.553,63		34.489.553,63		-	0,00
Despesas Primárias (II)	26.138.870,68		33.772.961,46		7.634.090,78	29,21
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.371.101,30		1.531.168,96		160.067,66	11,67
Resultado Nominal	(4.422.497,57)		(4.206.299,62)		216.197,95	-5,14
Dívida Pública Consolidada	4.528.521,34		5.227.463,14		698.941,80	13,37
Dívida Consolidada Líquida	(1.371.250,17)		(5.577.549,79)		(4.206.299,62)	75,41

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2021.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2020	Não divulgado
Valor efetivo do PIB Estadual em 2020	Não divulgado

Nota:

Até a presente data, não foi divulgado a projeção do PIB pelo Estado da Paraíba. (<http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib>)

Tabela 4 - DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	27.578.399,35	35.673.473,69	29,35%	43.793.000,00	22,76%	45.623.397,00	4,18%	47.493.566,00	4,10%	49.478.252,00	4,18%
Receitas Primárias (I)	27.509.971,98	35.304.130,42	28,33%	43.634.000,00	23,59%	45.458.397,00	4,18%	47.291.669,00	4,03%	49.267.916,00	4,18%
Despesa Total	26.758.704,20	34.489.553,63	28,89%	43.793.000,00	26,97%	45.602.951,00	4,13%	47.442.841,00	4,03%	49.425.420,00	4,18%
Despesas Primárias (II)	26.138.870,68	33.772.961,46	29,21%	42.868.000,00	26,93%	44.639.001,00	4,13%	46.438.616,00	4,03%	48.379.224,00	4,18%
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.371.101,30	1.531.168,96	11,67%	766.000,00	-49,97%	819.396,00	6,97%	853.053,00	4,11%	888.692,00	4,18%
Resultado Nominal	(4.422.497,57)	(4.206.299,62)	-4,89%	207.329,52	-104,93%	673.187,18	224,69%	241.691,50	-64,10%	261.339,14	8,13%
Dívida Pública Consolidada	4.528.521,34	5.227.463,14	15,43%	4.421.002,73	-15,43%	4.006.257,29	-9,38%	3.285.130,98	-18,00%	2.693.807,40	-18,00%
Dívida Consolidada Líquida	(1.371.250,17)	(5.577.549,79)	306,75%	(5.370.220,27)	-3,72%	(4.697.033,09)	-12,54%	(4.455.341,59)	-5,15%	(4.194.002,45)	-5,87%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	24.661.002,73	33.813.719,14	37,11%	43.793.000,00	29,51%	43.040.940,57	-1,72%	42.070.658,16	-2,25%	41.153.000,08	-2,18%
Receitas Primárias (I)	24.599.813,99	33.463.630,73	36,03%	43.634.000,00	30,39%	42.885.280,19	-1,72%	41.891.814,16	-2,32%	40.978.055,39	-2,18%
Despesa Total	23.928.019,49	32.691.520,03	36,62%	43.793.000,00	33,96%	43.021.651,89	-1,76%	42.025.725,04	-2,31%	41.109.057,64	-2,18%
Despesas Primárias (II)	23.373.755,41	32.012.285,74	36,96%	42.868.000,00	33,91%	42.112.265,09	-1,76%	41.136.164,41	-2,32%	40.238.895,45	-2,18%
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.226.058,57	1.451.344,99	18,37%	766.000,00	-47,22%	773.015,09	0,92%	755.649,75	-2,25%	739.159,94	-2,18%
Resultado Nominal	(3.954.661,16)	(3.987.013,86)	0,82%	207.329,52	-105,20%	635.082,25	206,32%	214.094,69	-66,29%	217.366,00	1,53%
Dívida Pública Consolidada	4.049.469,14	4.954.941,36	22,36%	4.421.002,73	-10,78%	3.779.488,01	-14,51%	2.910.028,33	-23,00%	2.240.545,12	-23,01%
Dívida Consolidada Líquida	(1.226.191,69)	(5.286.777,05)	331,15%	(5.370.220,27)	1,58%	(4.431.163,29)	-17,49%	(3.946.622,01)	-10,93%	(3.488.316,10)	-11,61%

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

ÍNDICE DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
4,00	4,00	3,05	4,18	4,18	4,18
Valor Corrente X	Valor Corrente X	Valor Corrente	Valor Corrente X	Valor Corrente X	Valor Corrente X
1,0816	1,040	1,00	1,042	1,085	1,131

Tabela 5 - DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	4.918.135,20	100,00	2.417.574,11	100,00	3.191.881,07	100,00
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	4.918.135,20	100,00	2.417.574,11	100,00	3.191.881,07	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: Secretaria de Orçamento e Finanças (PCA 2019 a 2021)

Tabela 6 - DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2021 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2020 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2019 (i) = (Ic - II f)
VALOR (III)	-	-	-

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Tabela 7 - DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>RECEITAS</u>	2019	2020	2021
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	-	-	-
<u>DESPESAS</u>	2019	2020	2021
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-	-	-
<u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u>	2019	2020	2021
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

FONTE:

Tabela 8 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES



MUNICÍPIO DE SOBRADO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
TOTAL						-

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Nota: Nada a declarar

Tabela 10 - DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO



MUNICÍPIO DE SOBRADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
ANO DE REFERÊNCIA - 2024

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	240.000,00
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	48.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	192.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	192.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	192.000,00

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 I - RECEITAS
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES	29.946.962,67	36.773.877,75	44.091.720,00	45.934.397,00	47.787.566,00	49.784.554,00
Receita Tributária	801.060,05	1.365.516,75	1.698.300,00	1.769.288,00	1.843.243,00	1.920.289,00
Impostos	684.809,37	1.361.456,51	1.680.100,00	1.750.328,00	1.823.491,00	1.899.712,00
Taxas	116.250,68	4.060,24	18.200,00	18.960,00	19.752,00	20.577,00
Receita de Contribuições	-	0,00	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	0,00	-	-	-	-
Contribuição CIP	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	68.427,37	369.343,27	159.000,00	165.000,00	171.897,00	179.082,00
Receita de Serviços	-	0,00	5.000,00	5.500,00	5.730,00	5.986,00
Receita Agropecuária	-	0,00	-	-	-	-
Transferências Correntes	29.065.999,59	35.016.829,51	42.186.610,00	43.994.609,00	45.766.696,00	47.679.197,00
Transferências Intergovernamentais	21.267.904,60	26.076.380,21	31.285.910,00	32.593.661,00	33.889.233,00	35.305.792,00
Transferências da União	18.341.974,00	22.996.579,61	27.702.510,00	28.860.475,00	30.000.000,00	31.254.000,00
Transferências do Estado	2.925.930,60	3.079.800,60	3.583.400,00	3.733.186,00	3.889.233,00	4.051.792,00
Transferências Multigovernamentais	7.798.094,99	8.940.449,30	10.900.700,00	11.356.349,00	11.831.000,00	12.325.000,00
Outras Receitas Correntes	11.475,66	22.188,22	42.810,00	44.599,00	46.463,00	48.405,00
RECEITAS CORRENTES (Intraorçamentária)	-	0,00	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	0,00	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	497.077,41	2.225.199,88	3.550.000,00	3.677.554,00	3.831.275,00	3.991.422,00
Operações de crédito	-	0,00	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	0,00	-	-	-	-
Alienações de Bens	-	0,00	-	-	30.000,00	31.254,00
Trasferências de Convênios	497.077,41	2.225.199,88	3.550.000,00	3.698.000,00	3.852.000,00	4.013.000,00
(-) Receitas Redutoras - FUNDEB	(2.865.640,73)	-3.325.603,94	(3.848.720,00)	(4.009.000,00)	(4.176.000,00)	(4.350.556,00)
TOTAL	27.578.399,35	35.673.473,69	43.793.000,00	45.602.951,00	47.442.841,00	49.425.420,00



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 I.a - RECEITAS
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

Receita Tributária	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado, evidenciando o esforço que o município fará para incrementar sua receita própria.	2020	801.060,05	
	2021	1.365.516,75	70,46%
	2022	1.698.300,00	24,37%
	2023	1.769.288,00	4,18%
	2024	1.843.243,00	4,18%
	2025	1.920.289,00	4,18%

Impostos	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado, onde o aumento gradual e constante previsto para a receita de impostos provém da expectativa da continuidade na política de intensificação de fiscalização tributária municipal.	2020	#REF!	
	2021	684.809,37	#REF!
	2022	1.680.100,00	145,34%
	2023	1.750.328,00	4,18%
	2024	1.823.491,00	4,18%
	2025	1.899.712,00	4,18%

Taxas	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	#REF!	
	2021	116.250,68	#REF!
	2022	18.200,00	-84,34%
	2023	18.960,00	4,18%
	2024	19.752,00	4,18%
	2025	20.577,00	4,18%

Receita de Contribuições	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	-	
	2021	-	#DIV/0!
	2022	-	#DIV/0!
	2023	-	#DIV/0!
	2024	-	#DIV/0!
	2025	-	#DIV/0!

Receita Patrimonial	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	68.427,37	
	2021	369.343,27	439,76%
	2022	159.000,00	-56,95%
	2023	165.000,00	3,77%
	2024	171.897,00	4,18%
	2025	179.082,00	4,18%

Transferências da União	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A evolução desta receita tem apresentado uma performance bastante positiva, sempre acima dos índices de inflação e crescimento da economia. A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	18.341.974,00	
	2021	22.996.579,61	25,38%
	2022	27.702.510,00	20,46%
	2023	28.860.475,00	4,18%
	2024	30.000.000,00	3,95%
	2025	31.254.000,00	4,18%



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 I.a - RECEITAS
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

Transferencias dos Estados	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	2.925.930,60	
	2021	3.079.800,60	5,26%
	2022	3.583.400,00	16,35%
	2023	3.733.186,00	4,18%
	2024	3.889.233,00	4,18%
	2025	4.051.792,00	4,18%

Transferencias Multigovernamentais	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- O aumento gradual e constante previsto para esta transferência advém da expectativa da continuidade da política voltada a permanência e consequente aumento no número de alunos matriculados para os próximos exercícios.	2020	7.798.094,99	
	2021	8.940.449,30	14,65%
	2022	10.900.700,00	21,93%
	2023	11.356.349,00	4,18%
	2024	11.831.000,00	4,18%
	2025	12.325.000,00	4,18%

Transferencias de Convenios da Uniao	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	#REF!	
	2021	497.077,41	#REF!
	2022	3.550.000,00	614,17%
	2023	3.698.000,00	4,17%
	2024	3.852.000,00	4,16%
	2025	4.013.000,00	4,18%

Outras Receitas Correntes	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2020	11.475,66	
	2021	22.188,22	93,35%
	2022	42.810,00	92,94%
	2023	44.599,00	4,18%
	2024	46.463,00	4,18%
	2025	48.405,00	4,18%



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 II - DESPESAS
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES (I)	25.112.339,15	31.959.431,04	36.418.600,00	37.658.001,00	39.165.793,00	40.802.393,00
Pessoal e Encargos Sociais	15.790.813,83	17.542.044,54	21.185.400,00	22.070.000,00	22.992.526,00	23.953.613,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	10.000,00	10.000,00	10.400,00	10.830,00
Outras Despesas Correntes	9.321.525,32	14.417.386,50	15.223.200,00	15.578.001,00	16.162.867,00	16.837.950,00
DESPESAS CORRENTES (I) Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.646.365,05	2.530.122,59	6.924.400,00	7.475.950,00	7.788.444,00	8.114.000,00
Investimentos	1.026.531,53	1.813.530,42	6.009.400,00	6.522.000,00	6.794.619,00	7.078.634,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização Financeira	619.833,52	716.592,17	915.000,00	953.950,00	993.825,00	1.035.366,00
DESPESAS DE CAPITAL (II) Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	-	-	450.000,00	469.000,00	488.604,00	509.027,00
TOTAL (IV)=(I+II+III)	26.758.704,20	34.489.553,63	43.793.000,00	45.602.951,00	47.442.841,00	49.425.420,00



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 II.a - DESPESAS
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

Pessoal e Encargos Sociais	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- o aumento do volume de despesas se deve a fatos como o reajuste salarial dos servidores da ativa e proventos de aposentadoria dos inativos, respeitado os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.	2020	15.790.813,83	
	2021	17.542.044,54	11,09%
	2022	21.185.400,00	20,77%
	2023	22.070.000,00	4,18%
	2024	22.992.526,00	4,18%
	2025	23.953.613,00	4,18%

Juros e Encargos da Dívida	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- O pagamento de juros e encargos da dívida em patamares relativamente constante demonstra o empenho do município de honrar com seus compromissos.	2020	-	
	2021	-	
	2022	10.000,00	#DIV/0!
	2023	10.000,00	0,00%
	2024	10.400,00	4,00%
	2025	10.830,00	4,13%

Outras Despesas Correntes	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado, evidenciando as necessidades do município em manter os serviços públicos disponibilizados a população e a manutenção administrativa, respeitando-se o equilíbrio entre as receitas e despesas	2020	9.321.525,32	
	2021	14.417.386,50	54,67%
	2022	15.223.200,00	5,59%
	2023	15.578.001,00	2,33%
	2024	16.162.867,00	3,75%
	2025	16.837.950,00	4,18%

Investimentos	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção provém da expectativa esperada dos recursos oriundos de transferências de capital em convênio com a união mais as contra-partidas devidas pelo município e os investimentos exclusivamente de recursos próprios.	2020	1.026.531,53	
	2021	1.813.530,42	76,67%
	2022	6.009.400,00	231,36%
	2023	6.522.000,00	8,53%
	2024	6.794.619,00	4,18%
	2025	7.078.634,00	4,18%

Inversões Financeiras	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção advém da necessidade de suprir a administração com a aquisição de prédios públicos para a ampliação de suas instalações..	2020	-	
	2021	-	
	2022	-	
	2023	-	
	2024	-	#DIV/0!
	2025	-	#DIV/0!

Amortização da Dívida	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A previsão de amortização da dívida demonstra o empenho do município de honrar seus compromissos.	2020	619.833,52	
	2021	716.592,17	
	2022	915.000,00	27,69%
	2023	953.950,00	4,26%
	2024	993.825,00	4,18%
	2025	1.035.366,00	4,18%



ESTADO DA PARAIBA

Prefeitura Municipal de Sobrado

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II.a - DESPESAS

Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
- Projetado a reserva em conformidade com o artigo 17 da presente lei.	2020	-	
	2021	-	
	2022	450.000,00	
	2023	469.000,00	4,22%
	2024	488.604,00	4,18%
	2025	509.027,00	4,18%



ESTADO DA PARAIBA

Prefeitura Municipal de Sobrado

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - RESULTADO PRIMÁRIO - Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	27.081.321,94	33.448.273,81	40.243.000,00	41.925.397,00	43.611.566,00	45.433.998,00
Receita Tributária	801.060,05	1.365.516,75	1.698.300,00	1.769.288,00	1.843.243,00	1.920.289,00
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	68.427,37	369.343,27	159.000,00	165.000,00	171.897,00	179.082,00
Aplicações Financeiras (II)	68.427,37	369.343,27	159.000,00	165.000,00	171.897,00	179.082,00
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	5.000,00	5.500,00	5.730,00	5.986,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	26.211.834,52	31.713.413,79	38.380.700,00	39.985.609,00	41.590.696,00	43.328.641,00
Transferências Intergovernamentais	21.267.904,60	26.076.380,21	31.285.910,00	32.593.661,00	33.889.233,00	35.305.792,00
Transferências da União	18.341.974,00	22.996.579,61	27.702.510,00	28.860.475,00	30.000.000,00	31.254.000,00
Transferências do Estado	2.925.930,60	3.079.800,60	3.583.400,00	3.733.186,00	3.889.233,00	4.051.792,00
Transferências Multigovernamentais	7.798.094,99	8.940.449,30	10.900.700,00	11.356.349,00	11.831.000,00	12.325.000,00
Outras Receitas Correntes	11.475,66	22.188,22	42.810,00	44.599,00	46.463,00	48.405,00
(-) Deduções da Receita Corrente	(2.865.640,73)	(3.325.603,94)	(3.848.720,00)	(4.009.000,00)	(4.176.000,00)	(4.350.556,00)
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	27.012.894,57	33.078.930,54	40.084.000,00	41.760.397,00	43.439.669,00	45.254.916,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	497.077,41	2.225.199,88	3.550.000,00	3.698.000,00	3.882.000,00	4.044.254,00
Operações de crédito (V)	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos (VII)	-	-	-	-	-	-
Alienações de Bens (VI)	-	-	-	-	30.000,00	31.254,00
Trasferências de Convênios	497.077,41	2.225.199,88	3.550.000,00	3.698.000,00	3.852.000,00	4.013.000,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI -VII)	497.077,41	2.225.199,88	3.550.000,00	3.698.000,00	3.852.000,00	4.013.000,00
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	27.509.971,98	35.304.130,42	43.634.000,00	45.458.397,00	47.291.669,00	49.267.916,00
RECEITA TOTAL	27.578.399,35	35.673.473,69	43.793.000,00	45.623.397,00	47.493.566,00	49.478.252,00
DESPESAS CORRENTES (X)	25.112.339,15	31.959.431,04	36.418.600,00	37.658.001,00	39.165.793,00	40.802.393,00
Pessoal e Encargos Sociais	15.790.813,83	17.542.044,54	21.185.400,00	22.070.000,00	22.992.526,00	23.953.613,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	-	-	10.000,00	10.000,00	10.400,00	10.830,00
Outras Despesas Correntes	9.321.525,32	14.417.386,50	15.223.200,00	15.578.001,00	16.162.867,00	16.837.950,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	25.112.339,15	31.959.431,04	36.408.600,00	37.648.001,00	39.155.393,00	40.791.563,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.646.365,05	2.530.122,59	6.924.400,00	7.475.950,00	7.788.444,00	8.114.000,00
Investimentos	1.026.531,53	1.813.530,42	6.009.400,00	6.522.000,00	6.794.619,00	7.078.634,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização Financeira (XIV)	619.833,52	716.592,17	915.000,00	953.950,00	993.825,00	1.035.366,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	1.026.531,53	1.813.530,42	6.009.400,00	6.522.000,00	6.794.619,00	7.078.634,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-	450.000,00	469.000,00	488.604,00	509.027,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	26.138.870,68	33.772.961,46	42.868.000,00	44.639.001,00	46.438.616,00	48.379.224,00
DESPESA TOTAL	26.758.704,20	34.489.553,63	43.793.000,00	45.602.951,00	47.442.841,00	49.425.420,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	1.371.101,30	1.531.168,96	766.000,00	819.396,00	853.053,00	888.692,00



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 IV - RESULTADO NOMINAL
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2021 (b)	2022 (c)	2023 (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.528.521,34	5.227.463,14	4.421.002,73	4.006.257,29	3.285.130,98	2.693.807,40
DEDUÇÕES (II)	5.899.772,41	10.805.012,93	9.791.223,00	8.703.290,38	7.740.472,57	6.887.809,85
Ativo Disponível	2.717.985,98	4.350.299,95	3.915.269,96	3.523.742,96	3.171.368,66	2.854.231,80
Haveres Financeiros	317.102,96	3.894.470,12	3.699.746,61	3.329.771,95	2.996.794,76	2.697.115,28
(-) Restos a Pagar	2.864.683,47	2.560.242,86	2.176.206,43	1.849.775,47	1.572.309,15	1.336.462,77
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(1.371.250,17)	(5.577.549,79)	(5.370.220,27)	(4.697.033,09)	(4.455.341,59)	(4.194.002,45)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	(1.371.250,17)	(5.577.549,79)	(5.370.220,27)	(4.697.033,09)	(4.455.341,59)	(4.194.002,45)
	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-d)	(g-f)
RESULTADO NOMINAL	(4.422.497,57)	(4.206.299,62)	207.329,52	673.187,18	241.691,50	261.339,14

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.528.521,34	5.227.463,14	4.421.002,73	4.006.257,29	3.285.130,98	2.693.807,40
Dívida Mobiliária	4.482.765,30	4.482.765,30	3.810.350,51	3.505.522,46	2.874.528,42	2.357.113,31
Outras Dívidas	45.756,04	744.697,84	610.652,23	500.734,83	410.602,56	336.694,10
DEDUÇÕES (II)	5.899.771,51	10.805.012,93	9.791.223,00	8.703.290,38	7.740.472,57	6.887.809,85
Ativo Disponível	2.717.985,98	4.350.299,95	3.915.269,96	3.523.742,96	3.171.368,66	2.854.231,80
Haveres Financeiros	317.102,06	3.894.470,12	3.699.746,61	3.329.771,95	2.996.794,76	2.697.115,28
(-) Restos a Pagar	2.864.683,47	2.560.242,86	2.176.206,43	1.849.775,47	1.572.309,15	1.336.462,77
Dívida Consolidada Líquida	(1.371.250,17)	(5.577.549,79)	(5.370.220,27)	(4.697.033,09)	(4.455.341,59)	(4.194.002,45)



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 23/10/2023 às 11:48:58 foi protocolizado o documento sob o N° 107407/23 da subcategoria LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias , exercício 2024, referente a(o) Prefeitura Municipal de Sobrado, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Karina Vania Camilo de Oliveira Henrique.

Meio de Publicação: Diário Oficial do Estado

Data de Publicação: 20/10/2023

Documento	Informado?	Autenticação
1) Texto da Lei	Sim	40f996de88becf386f3b12dbb08a17ee
2) Anexo de Metas Fiscais	Sim	2234c833c2f757a45c2dc80b7cbc0f79
3) Anexo de Riscos Fiscais	Sim	f8c8aa2a5902889e70a4cb1eb9b8d6ef
4) Mensagem de Encaminhamento ao Poder Legislativo	Sim	601d848681b1a68cec6d53bd7a5d1b6d
5) Comprovante de Realização de Audiência Pública	Sim	8fbadf9937ad0df91ef07b5bca28b7f5
6) Outros Anexos	Sim	c5f056717e3463774f0a14d2285ebc97

João Pessoa, 23 de Outubro de 2023



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

**Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI**

Departamento de Auditoria da Gestão Municipal I - DEAGM I

Divisão de Auditoria da Gestão Municipal II - DIAGM II

Documento nº	107407/23
Subcategoria	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Jurisdicionado	Prefeitura Municipal de Sobrado
Responsável	Olinaldo Martins da Silva
Assunto	Lei de Diretrizes Orçamentárias
Exercício	2024

LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES**1 Introdução**

Trata o presente levantamento de verificação sobre aspectos formais dos dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao exercício financeiro de 2024 (Doc. TC nº 107407/23) em relação ao disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e na RN-TC nº 07/2004. Ressalta-se que este trabalho não constitui uma análise material sobre o conteúdo da norma, limitando-se à existência ou não de dispositivos que integram a estrutura da LDO, nos termos do subitem nº 6.1.1.4.2 do Procedimento Operacional Padrão nº 02, versão 3 (Rotina para Análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO).

2 Levantamento

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 - LDO 2024 - foi enviada a esta Corte de Contas em 23 de outubro de 2023. A Tabela 1 apresenta os itens verificados e respectivas respostas.

Tabela 1: Levantamento de informações

Item de verificação	Resposta
2.1. Texto da lei?	Sim
2.2. Comprovação de publicação no órgão oficial de imprensa do Ente?	Sim

Tabela 1: Levantamento de informações (continuação)

Item de verificação	Resposta
2.3. Prova de realização de audiência pública durante o correspondente processo legislativo?	Sim
2.4. Metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício a que se refere?	Sim
2.5. Normas para elaboração do orçamento definindo estrutura, conteúdo e anexos da LOA?	Sim
2.6. Regras sobre os efeitos de alterações na legislação tributária?	Sim
2.7. Equilíbrio entre receitas e despesas?	Sim
2.8. Repasses de duodécimos para os poderes e/ou órgãos dotados de autonomia orçamentária nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município ou normas especiais?	Sim
2.9. Critérios e forma de limitação de empenho?	Sim
2.10. Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos programas financiados com recursos orçamentários?	Sim
2.11. Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas?	Sim
2.12. Condições e exigências para transferências de recursos para pessoas físicas?	Sim
2.13. Reserva de contingência?	Sim
2.14. Autorização para "concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público"?	Sim
2.15. Normas sobre emendas parlamentares individuais e/ou de bancadas, impositivas ou não?	Sim
2.16. Definição de "despesa considerada irrelevante" para os fins do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?	Sim
2.17. Regras em caso de ausência de LOA válida no início do exercício financeiro?	Não
2.18. Anexo de Metas Fiscais?	Sim
2.19. Anexo de Riscos Fiscais?	Sim

^a Fonte: Tramita

3 Constatações

Com base no levantamento realizado, conclui-se pela existência da(s) seguinte(s) inconformidade(s):

Item	Inconformidade
3.1	Ausência de regras em caso de ausência de LOA válida no início do exercício financeiro

4 Conclusão

Conclui-se, portanto, que resta(m) evidenciada(s) a(s) seguinte(s) constatação(ões):

- 1) Ausência de regras em caso de ausência de LOA válida no início do exercício financeiro (Art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF c/c art. 32, caput, da Lei nº 4.320/64) .

Assinado em 13 de Dezembro de 2023



Maria Carolina Cabral da Costa
Mat. 3703622
CHEFE DE DIVISÃO

Assinado em 12 de Dezembro de 2023



Gláucio Barreto Xavier
Mat. 3703568
CHEFE DE DEPARTAMENTO